

## NENHUM DIREITO A MENOS



Os profissionais da Educação da Rede Municipal de D. Caxias iniciaram o ano de 2017 sem os seus salários dos meses de novembro, dezembro e décimo-terceiro. Resultado da desastrosa gestão do prefeito Alexandre Cardoso que além de abandonar a educação durante todo o ano (escolas sem materiais pedagógicos, uniformes e merenda) não cumpriu com sua obrigação de honrar os salários dos servidores. A Justiça apesar de acionada constantemente, mostrou-se cada vez mais burgesa e foi incapaz de fazer o prefeito

cumprir a lei, se posicionando de forma omissa ou a favor da prefeitura contra os servidores.

Por isso os Profissionais da Rede Municipal foram à luta e suspenderam o início do Ano Letivo de 2017. Foi necessário iniciar o ano em greve para que o atual prefeito Washington Reis apresentasse um calendário de pagamento para os meses atrasados (13º salário pago em fevereiro, pagamento de novembro no final de abril e de dezembro no final de junho).

Houve muita luta durante o ano de 2016 e já no início de 2017 também, não apenas por salários mas também por condições de trabalho com escolas dignas, por 1/3 de planejamento, manutenção do nosso plano de carreira e chamada de novos concursados. Não podemos esmorecer. Precisamos estar unidos e fortes durante a nossa data base deste ano e contra todos os ataques já anunciados ao nosso plano de carreira e aos nossos direitos conquistados através de anos de luta por esta categoria.

### ***IPMDC: um patrimônio do funcionalismo e lutaremos por ele***

Foi nomeado como novo presidente do IPMDC pelo prefeito Washington Reis o advogado João Carlos de Souza Brecha.

O IPMDC hoje, patrimônio do funcionalismo de Caxias, não presta mais nenhum atendimento de saúde ao servidor, limitando-se à gestão das aposentadorias e pensões e ao serviço de biometria. Mais um "legado" da administração do prefeito Alexandre Cardoso aos servidores do município.

Representações do funcionalismo

tem o direito de compor os conselhos (deliberativo e fiscal) do Instituto, sendo designado o representante pela entidade de classe (sindicato) para a composição desses conselhos.

Repudiamos a indicação feita pelo SINSEP-DC (Sind. Dos Servidores Públicos de Duque de Caxias) e acatada pelo atual governo. Essa entidade meramente cartorial não representa na prática o funcionalismo municipal, muito menos os trabalhadores da Educação representados em nosso município pelo SEPE. Essa mesma en-

tidade que anuncia em seu jornal de fevereiro o recolhimento da contribuição sindical (Imposto Sindical) relativo a um dia de trabalho dos servidores filiados a ele ou não no mês de março de 2017.

Reafirmamos que o Imposto Sindical representa um confisco do salário, não autorizado pelo servidor, para sindicatos que não representam de fato em sua maioria os trabalhadores. Tomaremos todas as medidas jurídicas possíveis para que isso não aconteça com os profissionais da Educação.